

COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
GESTÃO 2015/2017
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA:
11/11/2015

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 16h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 3ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2015/2017, realizada no dia 11 de novembro de 2015, às 16h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. A presidente Sílvia Merlo iniciou a reunião dando as boas vindas a todos. Na sequência, expos as alterações propostas pelo conselheiro Pedro Pontes na ata da 2ª Reunião Ordinária e que a aprovação desta ata acontecerá na próxima reunião, O vice-presidente Sílvio tomou a palavra e explanou sobre os acontecimentos durante a audiência pública realizada na cidade de Jarinú e solicitou empenho para a realização de uma audiência pública em Jundiáí. O conselheiro Carlos Alberto Moraes questionou sobre o Relatório de Impacto Ambiental, do Loteamento Fazenda Campo Verde e foi informado que está sendo aguardado o envio ao COMDEMA. O Diretor de Meio Ambiente da Prefeitura de Jundiáí, fez ponderações referentes à Audiência Pública, enaltecendo o posicionamento do Ministério Público, na pessoa do Dr. Battalini, que foi incisivo nas suas considerações e questionamentos. O Sr. Carlos Alberto de Moraes lembrou que o COMDEMA tem voz ativa e posicionamento independente e único na defesa do Meio Ambiente. O vice-presidente Sílvio Drezza acrescentou que trabalha com consultoria ambiental e que tendo projetos ambientais está em plena sintonia com o Diretor da CETESB. Falou ainda sobre a lei que determina as áreas de proteção na região de Jundiáí, mencionando a lei 4.095. Falou, ainda, sobre a lei 12.290 de 2006 sobre a conservação hídrica. A APA de Jundiáí, com a coordenação dos poderes de Jundiáí, Jarinú e região. O Sr. Fábio falou sobre a legitimidade de re-setorização e a forma dos planos diretores. A conselheira Ana Maria fez questionamento na audiência pública, contestando o empreendedor que declara que irá suprimir 2% da vegetação, em detrimento à legislação nº 11.428 de 2006, que veda qualquer supressão. O Conselheiro Sílvio Drezza falou que na área da bacia não deveria ser feita nenhuma intervenção. A Presidente Sílvia Merlo alerta que será necessário aguardar o posicionamento da CETESB. A Engª Ana Maria falou sobre os questionamentos da SMPMA sobre as soluções propostas e que elas não ficaram claras. O Diretor de Meio Ambiente Marcelo Pilon ressalta que todas as perguntas efetuadas nesta audiência pública serão respondidas através de relatório a ser encaminhado a CETESB. O Conselheiro Nivaldo usou a palavra e solicitou ao COMDEMA para, através de ofício, pontuar as observações e direcionamentos das respectivas leis mencionadas. O convidado Afonso Peche sugeriu uma reflexão do COMDEMA, sobre o cenário do empreendimento e uma tomada de posição que garanta a não repetição deste impasse, melhorando uma interlocução entre os municípios, fazendo-se necessário um entendimento claro sobre o posicionamento de todos. O Vice Presidente Sílvio

Drezza concorda com a sugestão e declara a sua opinião sobre a importância da figura do agricultor e a sua participação nas áreas em discussão. O Sr. Afonso Peche falou sobre a satisfação daquele que está na área ambiental e a sua responsabilidade. Lembrou que o modelo de legislação atual não é bom, havendo a necessidade de adequações. A Conselheira Yonne Candioto falou sobre a posição de o Conselho assumir uma postura global sobre a região. Completando o Sr. Afonso Peche falou o foco do coletivo. O Conselheiro Nivaldo Callegari solicitou a criação de uma câmara técnica para estudos sobre a bacia hídrica da região e sugeriu a criação do Patrimônio Municipal de Recursos Hídricos. O Conselheiro Fábio Pereira Campos Alves questiona as funções da SMPMA e sobre a não recuperação de nenhuma nascente na região. A Conselheira Rosemeire Aparecida Moreira pondera sobre a lei 358 e a importância das aquisições de áreas verdes, dentro da bacia hídrica. O Diretor Marcelo Pilon esclarece que o Plano Diretor Participativo, surge como uma oportunidade de modificação da visão da secretaria. O Vice-Presidente Sílvio Drezza destaca a sugestão da criação da Câmara Técnica de Recursos Hídricos, e, sobre as reflexões do Sr. Afonso na elaboração de trabalhos específicos. O Arquiteto Nivaldo pede rapidez para a inclusão de sugestões no Plano Diretor. A Presidente do COMDEMA destacou a presença do vereador Leandro Palmarini que usando a palavra, falou sobre a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, dizendo da possibilidade de trazer ao município, uma audiência pública sobre o condomínio de Jarinú, juntando assim, forças com o legislativo. Declarou ainda o seu entendimento sobre a importância da Bacia Hídrica para Jundiáí. A Presidente Sílvia Merlo convidou o Engenheiro Florestal Thiago Pinto Pires para apresentar a palestra sobre o Levantamento e Caracterização da Vegetação Nativa na Macrozona Urbana do Município de Jundiáí. Neste espaço, apresentou a aspectos de Fisionomia, Estrutura e Composição da vegetação que ocorre no município. Falou sobre os conceitos dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, mostrando a fito fisionomia deles no Estado. Falou também sobre os aspectos legais do Bioma Cerrado, através da Lei Estadual nº 13.550 de 02/07/2009. Mostrou ainda o mapa da vegetação do Estado de São Paulo, do Clima de Jundiáí e da Mata Atlântica da Serra do Japi, além dos elementos característicos de uma Floresta Estacional Semidecidual, baseado em legislação específica. Falou sobre o levantamento e caracterização da vegetação nativa na macrozona urbana no nosso município. E finalmente, sobre o mapeamento dos fragmentos e a classificação do Bioma. O Vice-Presidente Sílvio Drezza se posicionou como membro da Associação dos Engenheiros de Jundiáí contestando a utilização de um trabalho com foco acadêmico para embasamento do Plano Diretor. O convidado Afonso Peche afirmou que o município esta numa zona de transição e que tem reconhecimento desta caracterização e que, “para efeito de proteção nenhuma ação é tomada”. A Presidente Sílvia Merlo encerra a reunião lembrando que nenhum delegado do Plano Diretor Participativo pode falar em nome do COMDEMA, mas tão somente pelo segmento que representa. Eu José Cassio Catossi redigi a presente ata que vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes: Ana Maria Martins Rufino Pinto Pires, Claudete Aparecida Formis, Rosemary Tonetti Baialuna, Rachel Antas Bugalho, Jorge Junji Yoshino, Danielle Alexandre Albernaz, Rosemeire Aparecida Moreira, Michele Camilo Chinellato, Renato Steck, Maria Lucia de Oliveira Gonfinete, Pedro Sérgio Pontes, Carlos Alberto de Moraes, Dirceu Francisco Cardoso, Sílvio de Toledo Pinheiro, José Rodrigues, Yone Guatta Candioto, Rogério da Silva Rivas, Luciano Libânio de Alcântara, Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, Sílvio Eduardo

Drezza, Jacqueline Lima, Nivaldo José Callegari, Fábio Pereira Campos Alves, e pelos convidados Alex pereira, Thiago Pinto Pires, Bruno V. Marques, Afonso Peche Filho, Jairo Santos, Marcelo Pilon, Leandro Palmarini, Felipe Oliveira Magro e Erick de Castro.